

Comissão de Pregão II

disponibilidade permanente de garagem e oficina adequadamente aparelhada, assistindo razão a recorrente.

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, o *Certificado de Regularidade do FGTS apresentado pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL está com a validade expirada no ano de 2019;*

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação. (grifei)

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

[...]



Comissão de Pregão II

8.1.3 - Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.

8.1.3.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demaís requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei).

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Peço expor a resta comprovado que não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.

Comissão de Pregão II

Quanto a alegação da recorrente MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, *“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas;”*

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]



Comissão de Pregão II

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente **MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA** que *“a frota apresentada pela empresa CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL possui veículos com idade superior a 10 (dez) anos não atendendo ao item 4.1.2 do TR; “*

Em análise a declaração formal apresentada pela empresa recorrida, exigida no item 20.2 do edital, de fato possuem veículos com idade acima de 10 (dez) anos. No entanto os veículos e máquinas apresentados dentro da “vida útil” exigida pelo item 4.1.2 do Termo de Referência são suficientes para o atendimento quanto a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço. Acrescentamos ainda que quando da efetiva contratação a contratada poderá ainda substituir em parte ou integralmente os veículos constantes da declaração, desde que dentro das exigências editalícias, para a adequada execução dos serviços, não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.



Comissão de Pregão II

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, “a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL não apresentou NF dos veículos e máquinas conforme comando do item 4.1.1 do TR;

A Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos



Comissão de Pregão II

serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma comprovou através da declaração formal a disponibilidade de pelo menos 50% da frota requerida para a prestação do serviço, **não assistindo razão a recorrente quando a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA que, ***“a recorrida CONSTRUTORA LYTORANEA S.A - EM RECUPERACAO JUDICIAL não poderia participar do processo licitatório por se encontrar em situação de Recuperação Judicial conforme item 6.1 do TR;***

Em análise aos documentos de licitação verificamos que a empresa recorrida se encontra em situação de Recuperação Judicial.

Em Súmula, sobre o tema, o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) assim deliberou:

*Súmula nº 12 A participação de sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial em procedimentos licitatórios deve ser permitida, em observância ao princípio da preservação da empresa, **desde que haja comprovação de que o plano já tenha sido aprovado/homologado pelo juízo competente quando da entrega da documentação de habilitação. (grifei)***

Comissão de Pregão II

Sobre o tema o edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023 traz que:

8. VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

[...]

8.1.3 - Sociedades empresárias que estiverem em concordata, em recuperação judicial, recuperação extrajudicial, em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação judicial ou extrajudicial.

8.1.3.1 - Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira. (grifei)

A empresa recorrida demonstrou através dos documentos juntados aos autos do processo licitatório e enviados através do sistema compras.gov.br, disponível a todos os interessados, as devidas certidões e cópias do processo judicial com a devida aprovação do plano de recuperação judicial, a empresa apresentou ainda Certidão do TJ-RJ, Processo 0010261-54.2017.8.19, que vigora a determinação a dispensa da autora da obrigação de apresentar certidões para contratar, manter os contratos em andamento e receber pelos serviços prestados. (grifei)

Além disso a empresa comprovou possuir qualificação econômico-financeira compatível com o objeto da contratação, através do balanço patrimonial apresentado juntamente com os índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

Comissão de Pregão II

Peço expor a resta comprovado que **não assisti razão à recorrente em suas alegações, quanto a este ponto.**

Quanto a alegação da recorrente D MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA que, a recorrida JX CONSTRUTORA LTDA *“não apresentou declaração exigida no item 20.26 do edital, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, não atendeu as normas editalícias do item 4.1, do TR, ao não comprovar propriedade de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) do itens nem apresentar a documentação exigida no item 4.1.1 do TR, qual seja, CRLV ou NF dos veículos e máquinas”;*

A Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 dispõe que:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

Em atenção ao dispositivo legal a exigência disposta nos itens 4.1 e 4.1.1 do Termo de Referência foram adequadas ao mandamento legal através do disposto no item 20.2, com a exigência de Declaração Formal, visto que a exigência de apresentação de CRLV ou NF dos veículos e máquinas, poderia, s.m.j. ensejar em uma presunção de requisito de “propriedade prévia”, expressamente vetada pela Lei Geral de Licitações.



Comissão de Pregão II

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

[...]

20.2 - *Declaração formal do licitante, sob as penalidades cabíveis, quanto à disponibilidade dos veículos destinados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação, instruindo-a com rol que os discrimine, da qual constem, no mínimo, as seguintes informações:*

- *Placa, marca, modelo e ano de fabricação;*

Em análise aos documentos de habilitação da empresa recorrida, a mesma apresentou declaração formal de disponibilidade dos veículos sem, no entanto, instrui-la com o rol que os discriminasse assistindo razão parcial a recorrente quando a este ponto.

JX CONSTRUTORA LTDA., localizada na Estrada Pirai Passa Três, nº 6497, Vale Verde, Pirai/RJ - CEP: 27.175-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 20.488.242/0001-83, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas da lei:

“possuir condições e capacidade para mobilizar, em tempo hábil, e pelo prazo requerido, todos os equipamentos, veículos utilitários, caminhões, máquinas, instalações, materiais e mão de obra necessários para a execução dos serviços do objeto licitado.”

Considerando ainda que algumas das alegações das recorrentes são técnicas e que as exigências/condições estabelecidas no instrumento convocatório estão dispostas no Termo de Referência, o presente processo, na forma que dispõe o **item 28.5 do edital do Pregão Eletrônico nº 183/2023**, foi encaminhado com as razões das recorrentes para pronunciamento junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processos Administrativos de Recurso nº 30.177/2023, 30.180/2023,



Comissão de Pregão II

30.182/2023 e 30.186/2023. Após, à Procuradoria Geral do Município para análise os aspectos jurídicos recorridos, sobretudo quanto ao suposto "comportamento inidôneo", pela recorrente EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, ao invocar o tratamento diferenciado que trata a LC 123/20206, mesmo sem ostentar tal condição e quanto a ilegalidade suscitada em sede de contrarrazão pela recorrida JX CONSTRUTORA LTDA para a exigência disposta no item 20.2 do edital e itens 4.1 e 4.1.2 do Termo de Referência a fim de subsidiar a decisão ante aos recursos interpostos.

Em atenção a solicitação a Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados se ateve apenas a verificação das alegações quanto ao cumprimento das disposições contidas nos itens 4.1 e 4.12 do Termo de Referência e do item 20.2 do edital sem adentrar no mérito do julgamento da habilitação e das questões jurídicas recorridas.

Em análise realizada, a mesma entendeu, sucintamente, que as empresas CONSTRUTORA LYTORANEA S.A e JX CONSTRUTORA LTDA, não atenderam, integralmente, as exigências dispostas nos itens 4.1, 4.1.2 do TR e 20.2 do edital, e que a empresa, EFATA COMERCIO & SERVICOS *cumpriu as exigências editalícias quanto aos mesmos itens do TR e do edital.*

A Procuradoria Geral, se ateve apenas a análise jurídicas recorridas se manifestando, de forma resumida, quanto a ilegalidade suscitada em sede de contrarrazão pela recorrida JX CONSTRUTORA LTDA para a exigência disposta no item 20.2 do edital e itens 4.1 e 4.1.2 do Termo de Referência, no sentido que , "não é possível a exigência de comprovação de propriedade prévia do objeto licitado na fase de habilitação", prossegue ainda que "... embora a lei permita expressamente a exigência de relação explícita, a exigência contida no subitem 20.2 de placa, marca, modelo e ano de fabricação dos veículos pode configurar restrição a competitividade



Comissão de Pregão II

do certame, tendo em vista que, s.m.j., para possuir tais dados, seria necessário que as licitantes possuíssem a propriedade dos veículos.", sugerindo por fim que, "...sejam revistos os critérios de qualificação técnica estabelecidos no edital, de forma que a comprovação de propriedade dos veículos seja excluída como critério de qualificação técnica, passando a exigir apenas a comprovação de que as licitantes apresentem declaração acerca da disponibilidade dos veículos no momento da contratação, sem a necessidade de discriminação dos veículos..." ainda sugeriu que, "Quanto à previsão contida no item 2 do Termo de Referência, que versa sobre as "condições patrimoniais das participante", deve ser modificada a redação para dispor sobre as condições da licitante vencedora ou contratada", na forma exposta no parecer jurídico, "excluindo-se a exigência de comprovação pela "empresa que deseja participar do certame (...) no momento de apresentação da proposta"

Os pareceres exarados bem como as manifestações do setor técnico requisitante são partes integrantes desta decisão e encontram-se disponíveis a todos os interessados no endereço eletrônico <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/>

V. MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO

Reputando todo o exposto na análise do mérito, bem como na manifestação do setor técnico requisitante e no parecer da Procuradoria Geral, que este Pregoeiro adota como fundamento para decidir, resta comprovado que ASSITIR RAZÃO PARCIAL às alegações das recorrentes.

VI. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, subsidiado pela



Comissão de Pregão II

manifestação da equipe técnica requisitante e pelo parecer jurídico da PGM, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pelas empresas **EFATA COMERCIO & SERVICOS LTDA, MOVE TERRA ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLANAGEM LTDA e DESTAQUE CONSTRUTORA LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 183/2023, e no mérito, **CONCEDO PROVIMENTO PARCIAL**, às alegações recursais no presente certame, verificadas as irregularidades de exigência de propriedade prévia previstas nos itens 4.1, 4.12 do Termo de Referência e item 20.2 do edital.

Tendo em vista que os autos do presente processo foram fundamentados nas Leis 10.520/2022 e 8.666/93, ambas revogadas pela Nova Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/2021, e que os atos são insuscetíveis de aproveitamento, deverá ser aberto novo processo administrativo licitatório, para realização de novo certame com as devidas retificações quanto a qualificação-técnica requerida conforme orientação da Procuradoria Geral.

Diante do provimento parcial do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, nº 183/2023, e prosseguimento das providências quanto ao atendimento das orientações da Procuradoria Geral.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.


JONATHAN PINHEIRO CHAVES
Pregoeiro – Comissão de Pregão II
Matricula: 206.870